

A HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE: IMAGENS E AUTOIMAGENS.

Autora- Francisca Thais Pereira Costa
Graduanda do 4º período do curso de pedagogia- CAMEM/UERN
E-mail: tatahpedagogia@outlook.com

Co-autora- Maria Miraíre Pereira Silva
Graduanda do 4º período do curso de pedagogia- CAMEM/UERN
E-mail: miraire@hotmail.com

Co-autora- Valkiria Tatiane Pereira Bessa
Graduanda do 6º período do curso de pedagogia- CAMEM/UERN
E-mail: Tatiane_bessa@outlook.com

Co-autora- Iandra Fernandes Pereira Caldas
Professora do Curso de Pedagogia, Departamento de Educação – DE/CAMEAM/UERN
E-mail: iandrafernandes@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo irá trazer uma síntese histórica da profissão docente e sua evolução, com o objetivo de investigar as imagens e autoimagens da profissão docente ao longo do seu processo de formação. Para tal desiderato realizaremos, através de uma abordagem qualitativa, uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento para coleta dos dados a entrevista que será analisada com base nos estudos de Nóvoa (1999), Vicentini (2009), Arroyo (2001) e Esteve (1999), que permitem analisar e identificar o processo de profissionalização dos professores e as mudanças ocorridas ao longo desse processo.

Palavras-chave: Profissão Docente. Imagens. Autoimagens.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a profissionalização docente não é recente. No Brasil ela aconteceu em decorrência de profundas transformações econômicas e sociais. Assim, a formação de professores é um assunto tão antigo quanto atual, tão explorado quanto desconhecido. Em seu contexto histórico, a profissão docente, passou por constantes acontecimentos e transformações.

Dessa forma, o texto que se segue irá trazer uma breve contextualização relacionada a gênese do processo de formação docente desde a educação jesuíta na colônia, perpassando pelo período pombalino, bem como também o ensino baseado no método Lancaster e dos professores adjuntos, além de tratar da educação na época das escolas normais e do ensino

complementar, completando com discussões sobre os Centros Específicos de Aperfeiçoamento do Magistério e a formação de professores nas universidades.

Entendemos que este estudo, contribuirá para refletirmos sobre uma parte da história da educação que muitos desconhecem. Para tal pesquisa, serão tomadas como referência, as concepções de Nóvoa (1999), Vicentini (2009), Arroyo (2001) e Esteve (1999). Estes autores trazem em seus textos, uma abordagem histórica com relação a história da educação e as transformações passadas pelos professores em seu processo de formação profissional, bem como, no que diz respeito ao surgimento de instituições e programas de ensino ao longo da educação e seu processo histórico. Na pesquisa empírica, faremos uma entrevista com o intuito de refletir sobre as imagens e autoimagens construídas ao longo do processo de profissionalização docente, no intuito de compreender a concepção que o próprio professor tem da sua profissão.

Ao percorrer a história da educação, pode-se perceber que inicialmente a educação no Brasil era de responsabilidade dos jesuítas, passando em seguida à ser de responsabilidade da coroa portuguesa, após a expulsão dos jesuítas pelo marquês de Pombal. Dessa maneira é possível constatar que a formação docente tornou-se sólida, porém frágil, pois a educação brasileira nesse período ficou sem um ensino de qualidade, já que foram os jesuítas que organizaram o nosso sistema de ensino. Já no século XIX, o surgimento das escolas normais, constituiu um passo importante para a evolução do processo de profissionalização e na feminização do magistério com a permissão da entrada das mulheres na carreira docente. Quanto a esse aspecto, Nóvoa (1995) afirma que a afirmação profissional dos professores é repleta por lutas e conflitos, já que muitos dos problemas vividos hoje na educação, tem suas raízes nos problemas enfrentados pela profissionalização docente ao longo de sua história.

HISTÓRIA DA PROFISSÃO DOCENTE

O ofício de professor é muito anterior as primeiras instituições educadoras e ao desenvolvimento da escrita. A importante função de repassar aquilo que era considerado importante, fez com que o ser humano produzisse as mais variadas maneiras de se relacionar com o mundo que o cerca. Dessa forma, a educação sofreu mudanças desde a Antiguidade até os dias atuais.

Na Antiguidade, o conhecimento inicial era o mito e mais tarde a razão. Nessa época os filósofos eram as primeiras representações de professores, questionavam os mitos e colocavam em questão a nossa existência. Os pedagogos eram os escravos que levavam os

filhos da classe mais alta para observar os filósofos nas ágoras, dessa maneira, não havia uma relação estabelecida entre o processo ensino-aprendizagem.

Após o surgimento da democracia na Grécia Antiga, a busca por explicações relacionadas a existência deixa de ser o foco principal das questões filosóficas. Saber falar para fazer valer seus interesses era agora o propósito desses filósofos. Assim surgem os sofistas, que ensinavam a quem pudesse pagá-los, procurando persuadir e convencer aqueles que lhe escutavam. Embora os processos relacionados a educação variassem de uma sociedade para a outra, a figura do professor sempre esteve à frente desses processos, além disso, a educação tinha papel centrado na figura do sofista no processo de ensino-aprendizagem, e mesmo enveredando discussões mais intensas acerca da constituição pessoal e profissional do professor, pode-se dizer que desde a Antiguidade, a figura central do processo educacional era o professor.

A gênese da profissão professor se dá na Idade Média. Durante esse período, a figura do professor no processo educacional era valorizada e a educação teve grande influência religiosa. As escolas eram, portanto, associadas às instituições religiosas, pois era a Igreja Católica que estabelecia o que deveria ser estudado. Segundo NÓVOA (1991) a gênese da profissão docente é anterior à estatização da escola, pois, desde o século XVI, já existiam vários grupos de leigos e religiosos que se dedicavam a atividade docente.

No Brasil, com a chegada dos portugueses, tem início a conquista dos nativos que habitavam as novas terras, e só mesmo uma educação humanística voltada para o espiritual poderia ser inserida nesse contexto de dominação e instauração de uma cultura que acreditavam ser neutra. Dessa forma, os portugueses trouxeram membros da Companhia de Jesus com o objetivo de converter os índios ao cristianismo e propagar a fé católica, ensinando aos nativos saberes básicos, como ler e contar, pois a alfabetização era o caminho mais propício para esse fim.

A catequese pregada pelos jesuítas, assegurou a conversão da população indígena à fé católica e permaneceu por um período de 210 anos na história brasileira, porém na segunda metade do século XVIII, o trabalho educacional dos jesuítas começa a entrar em decadência, e é no ano de 1759, por meio de uma ação militar, que o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas do território brasileiro, acreditando que estes estavam fortalecendo, acumulando riquezas e diminuindo o poder da Coroa Portuguesa. Pombal instaura uma educação enciclopédica e laica, instituindo, um ensino pelo e para o Estado, com objetivos e métodos pedagógicos autoritários e disciplinares, restringindo a criatividade individual, mantendo ainda a submissão aos europeus. As reformas pombalinas causaram uma queda no nível do ensino,

pois o país ficou cerca de 10 anos sem um ensino de qualidade, já que as aulas eram ministradas por professores mal preparados, iniciando um processo de organização e normatização do exercício da profissão docente. Em relação a esse fator Nóvoa ressalta que:

O processo de estatização do ensino consiste, sobretudo, na substituição de um corpo de professores religiosos (ou o controle da Igreja) por um corpo de professores laicos (ou sob o controle do Estado), sem que, no entanto, tenha havido mudanças significativas nas motivações, nas normas e nos valores originais da profissão docente: o modelo do professor continua muito próximo do padre. NÓVOA (1995, p.15).

A partir do século XVIII era preciso uma autorização do Estado para lecionar. Essa autorização é adquirida através de um exame requerido pelas pessoas que tivessem acima de 30 anos, possuíssem um comportamento moral e conhecessem o que deveriam ensinar, delineando assim, um perfil de professor para lecionar. Já no ensino de primeiras letras, precisavam ter alguns conhecimentos básicos, como ler, escrever e contar

Assim, a primeira instituição de preparação de professores no Brasil foi instalada a partir de 1820, baseado num ensino mútuo através do método Lancaster, ensino caracterizado pela falta de contato entre aluno e professor. Este instruía um monitor para atender aos alunos da classe. Ao mesmo tempo em que o aluno atuava como monitor, era treinado para o ofício de mestre. O método Lancaster parecia resolver o problema da implantação de escolas e da formação de professores, pois atendia à necessidade da população e resolvia o problema da falta de professores.

Dessa forma, a função docente não era especializada e era exercida como uma ocupação secundária, conforme Nóvoa enfatiza:

A função docente desenvolveu-se de forma subsidiária e não especializada, constituindo uma ocupação secundária de religiosos ou leigos das mais diversas origens. A gênese da profissão de professor tem lugar no seio de algumas congregações religiosas, que se transformaram em verdadeiras *congregações docentes*. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, os jesuítas e os oratorianos, por exemplo, foram progressivamente configurando um *corpo de saberes e de técnicas* e um *conjunto de normas e de valores* específicos da profissão docente (NÓVOA 1995, p.15-16).

No século XIX, com uma acentuada expansão escolar, e uma procura social cada vez mais forte, ressurgem preocupações e críticas com relação a educação e ao ensino. Em meio a isso tudo, o método Lancaster começa a enfraquecer pela falta de uma organização educativa e falta de instrumentos pedagógicos. Neste contexto ocorre a criação de instituições

de formação, das quais se destacam as escolas normais, instituições que representam uma conquista importante do professorado e contribuem para o processo de profissionalização da atividade docente. Elas apresentavam um local específico, estrutura e organização própria, com a intenção de formar o professor, com um ensino estritamente limitado em conteúdo. Estas escolas preocupavam-se mais com sua estrutura do que com a qualidade do próprio ensino, sendo que, para entrar nestas instituições, era preciso fazer um exame de admissão a partir dos 18 anos de idade.

Com as novas exigências e o fato das escolas normais passarem por problemas quanto a estrutura do ensino, o então curso normal dessas escolas, é transformado em cursos complementares. Não há mudanças no currículo, a única modificação era que, para ingressar nesses cursos seria necessário somente, ter o ensino primário preliminar, e foi instituído um ensino com um ano de prática. O método adotado foi o de professores adjuntos (que surgiu para substituir o método Lancaster), que consistia nos alunos de 12 ou 13 anos, que possuísem um conhecimento satisfatório, observarem a aula do professor, objetivando aprender por meio da observação e imitação para mais tarde poder ensinar sendo estimulado por uma pequena remuneração.

Até o século XIX, o corpo docente em sua grande maioria, era formado por professores homens, pois acreditava-se que as mulheres não eram capazes de desenvolver esse trabalho. Ao longo da segunda metade deste século, houve uma crescente saída dos homens do ofício de professor devido a ampliação das oportunidades de formação e de trabalho nas indústrias e o advento da expansão do capitalismo. Dessa forma, visando à modernização da economia, viram a educação como elemento essencial para o desenvolvimento do país, reconhecendo a necessidade de um investimento na educação feminina na época. Então, o magistério passa por uma nova fase: a feminização, com a entrada de muitas mulheres no ensino primário a partir dos anos 1940, correndo uma divisão das funções entre homens e mulheres ao atuarem na docência: as mulheres tinham que ensinar as meninas, tendo mais crianças para instruir e não educar, pois tinham a obrigação de ensinar apenas o necessário para se viver em sociedade e os cuidados domésticos, enquanto os homens, ensinavam os meninos, sendo que avaliavam seus alunos diferentemente e tinham programas e currículos distintos.

O ensino normal passa agora a entrar em decadência e desprestígio, e foi a sua reformulação que resultou no surgimento do curso de Habilitação Específica para o Magistério, porém, esse curso não foi capaz de acabar com o desprestígio dos cursos de formação de professores. Além disso, constituiu-se como um avanço qualitativo, pois além da

entrada da mulher no magistério primário, houve também a ocorrência da escolarização e da profissionalização.

Com a promulgação da Lei n. 5.692 em 1971, o ginásio e o primário são unidos e formam o ensino de primeiro grau com duração de oito anos. Dessa forma, era preciso de professores para atuarem nessas séries do ensino fundamental, mas esses professores precisavam ter uma formação como bacharéis em letras, história, matemática, entre outras. Em decorrência disso, ocorre uma precariedade de formação de profissionais, assim, na tentativa de adequar a formação dos professores, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), cria os CEFANS (Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério). Estes centros visavam fortalecer as condições das escolas de formação de professores, preparando adequadamente novos docentes em nível médio, que atuariam no ensino pré-escolar e nas séries iniciais.

A partir do século XIX, com a proclamação da Independência, há um crescimento de escolas superiores no Brasil, e houveram algumas tentativas de criar a primeira universidade no país, porém nenhuma saiu do papel, pois a política de colonização naquela época não via justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na colônia, já que tinha-se a preocupação de que a criação de universidades abrisse possibilidades de formação de intelectuais críticos que futuramente vissem a contestar as ações da coroa.

Essas tentativas sem êxito continuaram durante cerca de um século, pois todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram fracassados. Dessa forma, para obter uma formação universitária, os altos funcionários da igreja e da coroa, e os filhos dos grandes latifundiários, graduados nos colégios jesuítas, tinham que se deslocar para a Europa, principalmente para Coimbra para cursar uma universidade, e quando voltassem seriam os futuros letrados, os que voltariam ao Brasil para administrá-lo.

Desse modo, a implantação do ensino superior no Brasil, surge a partir de 1908, com a chegada da Família Real (expulsos de Portugal pelos franceses). Nesse período, era necessário profissionais que atendessem as principais necessidades: educação, saúde e infraestrutura. Dessa forma, a solução considerada mais adequada e pertinente pela coroa foi a criação de escolas voltadas para a formação de oficiais, médicos e engenheiros, com uma educação superior, caracterizada pela subordinação ao governo central, de caráter profissionalizante. Inicialmente foram criadas escolas isoladas, as chamadas cátedras, que eram unidades de ensino extremamente simples, formadas por professores que ensinavam a seus alunos em locais improvisados, cobrando pelo serviço.

Posteriormente em 1813, evoluíram e tornaram-se academias e faculdades especializadas com locais próprios e fixos. Entretanto, todas as tentativas de implantação de entidades universitárias durante o período de 1843 a 1920, foram fracassadas. Assim, a primeira universidade de fato, a obter sucesso e continuidade, foi a Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição criada legalmente pelo Governo Federal, que juntou as Faculdades Federais de Medicina e Engenharia, com a faculdade de Direito em uma única instituição realmente voltada para o ensino e pesquisa.

Durante o governo de Getúlio Vargas, ocorre uma expansão no número de instituições universitárias pelo Brasil, e a partir de 1964, com a instauração do regime militar, o cenário nas universidades passa a sofrer rigorosas mudanças. Esse regime procurava impedir os debates travados pelos movimentos estudantis dentro e fora das universidades, através de métodos violentos e repressivos, tentando silenciar alunos e professores. Entretanto, esses movimentos não acabaram por causa da repressão da ditadura, e no início do ano de 1968, a mobilização estudantil era intensa após a implementação da Reforma Universitária, exigindo novas medidas que buscassem solucionar os problemas educacionais constantes na época e por uma nova organização do ensino superior, consolidando ensino, pesquisa e extensão. A partir dos anos 70 houve uma expansão do ensino superior pelo país, pois havia a exigência de uma melhor qualificação profissional, decorrente do avanço do capitalismo. Entretanto, houve uma perda da qualidade do ensino e a expansão da iniciativa privada no ensino superior, que se tornaram características marcantes do período.

Durante todo esse período de criação e instalação das primeiras escolas de ensino superior no Brasil, ocorreram várias mudanças no que diz respeito a educação brasileira, sendo que hoje em dia, as universidades estão voltadas para a formação de vários profissionais, nas mais diferentes áreas do conhecimento, e portanto para a área da educação, estas instituições têm por finalidade, a preparação de professores para o ensino e o exercício da profissão docente.

PROFISSÃO PROFESSOR: IMAGENS E AUTOIMAGENS.

Estamos vivendo um momento de muitas mudanças ocasionadas pela globalização, consumo e comunicação, marcado pelo fácil acesso a informação e em decorrência disso, o professor não é mais o único que detém todo o saber, deixou de ser o centro de tudo e passou a ser um mero mediador de certos conhecimentos.

Para ilustrar as ideias do presente trabalho, foi realizada uma entrevista com a professora Laur, graduada em pedagogia pela UERN, e em geografia e história pela UVA, atuando como professora de história em uma escola estadual da cidade de Encanto, RN.

A mudança ocorrida na forma do ensino, é ocasionada por uma série de fatores, e essas mudanças que se desenham na sociedade atual, inquietam os professores que procuram construir para seus alunos, uma escola diferente e melhor do que a que temos hoje. Neste momento de transição, há mais dúvidas do que certezas, afinal o novo é uma aventura desconhecida. Segundo a entrevistada:

Antigamente a escola era encarada como uma segunda casa e o professor era como se fosse uma espécie de pai, de mãe e existia mais respeito, e esse respeito era também devido a questão colocada como se o professor fosse autoridade do conhecimento e o aluno chegava ali como uma folha em branco que deveria ser preenchida. (LAUR, 2014).

Hoje em dia, os professores atuam em um ambiente marcado pelo surgimento de novas metodologias e novos recursos essenciais na motivação dos alunos pela aprendizagem, porém o profissional docente vem enfrentando problemas, já que não existe uma formação que prepare o professor para trabalhar com essas mudanças. Além disso, o trabalho do professor e a relação deste com seus alunos no convívio em sala de aula, é mais um dos fatores que interferem no exercício de sua profissão. Nas palavras da entrevistada:

São muitas teorias que tem hoje na educação, muitas mudanças, e o profissional que está em sala de aula, ele não é trabalhado nessas mudanças [...]. Mudar o novo, amedronta, mas mais do que isso, a gente não está preparada para essas mudanças que vem acontecendo. As mudanças chegam, mas a formação não vem [...], Eu particularmente, hoje em dia, digo que eu não sei mais ensinar, porque a gente passa dias e dias em sala de aula tentando [...], mas eu acho que talvez o erro seja esse, a gente não saiba como trabalhar. A gente busca inovar, tentar chamar a atenção do aluno, a gente está fingindo que ensina e o aluno fingindo que aprende. (LAUR, 2014).

Segundo a fala da professora colaboradora, o professor enfrenta muitas dificuldades, não sabe mais como atuar em sala de aula, em decorrência das mudanças ocorridas no cenário educacional e da falta de interesse do aluno, o profissional precisa se manter atualizado, bem como desenvolver uma aprendizagem permanente para poder ser capaz de acompanhar essas transformações.

Se centrarmos um olhar na história da profissão docente, e compararmos o professor de um tempo atrás com o professor de hoje, percebe-se que ocorreu uma transformação significativa quanto a valorização de sua profissão. Antes bem mais valorizado, este

profissional gozava de prestígio e *status* na sociedade ao contrário do que percebe-se atualmente. Nesta perspectiva, aborda-se a construção da própria imagem docente, entre construções e desconstruções através das próprias vivências, como evidencia Arroyo (2000), ao afirmar que através da convivência, da prática do professor da qual é encarada de várias formas, este profissional percebe sua responsabilidade no processo de formação do educando.

Na atualidade, houve um significativo aumento nas exigências em relação ao trabalho do professor, atribuindo-lhes um número de responsabilidades cada vez maior, dessa forma, parte da educação que era de responsabilidade da família, foi transferido para a escola. Como afirma Esteve (1995), a família que deveria ser a primeira base da educação da criança, está afastando-se dessa responsabilidade, exigindo-a do professor. A entrevistada afirma que:

[...] Os pais em casa não têm limite, não conseguem dominar os filhos e quer que na escola, o professor domine. Então se o pai não consegue dominar dois, três, o professor vai dominar vinte, trinta que vem sem nenhuma perspectiva [...]. (LAUR, 2014).

Outro problema que marca o trabalho do professor é a falta de valorização, ou seja, a sociedade não reconhece nem valoriza o trabalho do professor como um profissional de grande importância para a formação social, intelectual e moral dos sujeitos, pois a influência das imagens que a sociedade projeta neste profissional, prejudica o seu trabalho. Como afirma Arroyo (2002): “Somos a imagem que fazem de nosso papel social, não o que teimamos ser” (p 29). Segundo este autor, é preciso compreender melhor as imagens e autoimagens relacionadas à docência, no sentido de possibilitar uma reflexão mais aprofundada sobre as condições de formação e trabalho dos professores. Como eles se veem? Qual imagem os professores têm de si, e qual imagem eles têm mostrado para a sociedade? A professora colaboradora afirmou que a imagem que ela tem do professor hoje, é de cansaço, ela afirma sentir-se decepcionada com a educação:

Como eu coloquei, que eu vivo cansada e me decepcionei, não sei mais o que estou fazendo, que a gente se debate com um ou dois conteúdos enquanto uma escola particular trabalha quatro, cinco conteúdos no bimestre. A escola pública é muito mãe, fica tentando fazer com que o aluno aprenda, tentando melhorar a nota do aluno fazendo trabalhos e mais trabalhos, mas quando o aluno não quer, não adianta. Então o que está errado? Tem que se rever isso aí, é o professor? É o aluno? É a metodologia? [...]. É um desestímulo muito grande, um cansaço, quem está nas portas da aposentadoria já está muito cansado, os que estão chagando vivem esses cansado e já se sentem contaminados por esse cansaço e já iniciam com aquele desestímulo [...]. (LAUR, 2014).

A fala da professora revela que o papel social do professor não é reconhecido, persistindo uma degradação acentuada da sua imagem social. Além disso, os professores constituem uma classe com uma autoestima negativa, que provoca a desmotivação, o abatimento, o cansaço e a falta de confiança em si mesmo. Estas dificuldades enfrentadas por estes profissionais ao longo de sua carreira falam mais alto, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido por eles e a valorização que anseiam receber da sociedade, fazendo com que os professores sintam-se desestimulados e desiludidos consigo mesmos e com a educação ao exercer seu ofício. A entrevistada ainda salienta que:

[...] a gente escuta muitos professores dizerem que é professor porque não teve outra opção e muitos ainda fazem pedagogia, letras, não por não ter opção, mas porque não tem condições para buscar, porque opções existem, e muitos professores são professores pela condição, porque não deu para ele alçar voos maiores [...]. (LAUR, 2014).

A falta de interesse dos alunos é mais um dos fatores que desestimulam o trabalho docente. Alguns professores lutam contra o fracasso escolar de seus alunos, porém, enfrentam a falta de interesse dos mesmos. A professora mostra que antigamente, a maioria dos alunos tinham perspectiva de vida, e buscavam nos estudos, conseguir futuramente uma profissão que almejavam, e eram poucos os que não tinham nenhuma perspectiva de vida para si, enquanto hoje, observa-se o contrário, pois são poucos alunos que fazem seu trabalho valer a pena.

Portanto há uma imagem bastante clara das mudanças registradas no sistema de ensino nos últimos anos, além de estar comprovada a existência de problemas que afetam o trabalho e o papel fundamental que o professor desempenha em sua profissão, pois sua imagem enquanto profissional, vem carregada de construções sociais estabelecidas ao longo da docência.

CONCLUSÃO

A profissão docente já foi muito conceituada pela sociedade, uma vez que o professor era o centro da escola, visto como exemplo de postura pelas pessoas. Hoje vivemos numa sociedade marcada pelos avanços científicos e tecnológicos, e em meio a tantas mudanças sociais mudou-se significativamente essa percepção da sociedade em relação a profissão

docente. Em decorrência disso, os profissionais da educação tiveram que se adequar para atender às novas exigências da sociedade moderna deixando de ser o centro que agora visa o aluno e mesmo a escola, ainda hoje permanecendo como a responsável pela sistematização do conhecimento, é formada por um corpo docente que nem sempre recebe a devida atenção no sentido de garantir melhores condições para exercício da profissão., de tal maneira que a formação adequada que prepare para essas mudanças bem como a valorização dos professores tem sido um desafio.

Assim, analisando o passado, e olhando para o presente dos professores, percebemos altos e baixos na formação docente, suas fragilidades, seus limites e possibilidades. Dessa forma, a afirmação do professor enquanto profissional, é um percurso repleto de lutas e de conflitos, de excitações e de recuos. (Nóvoa, 1995. p. 21).

O surgimento das universidades para a formação de professores foi tardio, em decorrência da falta de interesse do governo português em criar universidades em terras brasileiras por causa da preocupação política em criar uma educação que despertasse a mente crítica dos indivíduos, levando a uma acentuada desvalorização social do professor enquanto profissional, vem enfrentando os vários dilemas da profissão docente, como por exemplo, falta de estrutura, qualidade de ensino, baixa remuneração, desmotivação por parte dos alunos, não consegue os resultados esperados e se frustram diante seu ofício.

Pode-se perceber que o professor, no exercício de sua profissão, procura favorecer em seu trabalho, uma construção coletiva para melhorar a qualidade da educação e adaptá-la melhor as especificidades dos alunos. Diante disso, é possível conhecer que foram vários os fatores e caminhos que levaram a este cenário de descaracterização da função do professor e sua conseqüente desvalorização.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-|Imagens**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes, 2000.

ESTEVE, José M. (1995). Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto. Porto Editora. 1995. (p.93-124).

NÓVOA, A. (1995). O passado e o presente dos professores. In: NÓVOA, António. **Profissão Professor**. Porto. Porto Editora. (p.13-34).

VICENTINI, Paula Perin; LUGLI, Rosário Genta. Como se preparavam os professores para o ensino? As instituições em formação. In: VICENTINI, Paula Perin. **História da profissão docente no Brasil: representações em disputa**. São Paulo: Cortez, 2009. (p. 27-66).